



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

LUIZ CARLOS ALVAREZ MEDRADO

**RUSSIAN WAY NA GUERRA MODERNA DO SÉCULO XXI: A desinformação como
medida ativa para o conceito russo de Guerra de Nova Geração**

**BRASÍLIA
2022**

LUIZ CARLOS ALVAREZ MEDRADO

RUSSIAN WAY NA GUERRA MODERNA DO SÉCULO XXI: A desinformação como medida ativa para o conceito russo de Guerra de Nova Geração

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

BRASÍLIA
2022

LUIZ CARLOS ALVAREZ MEDRADO

RUSSIAN WAY NA GUERRA MODERNA DO SÉCULO XXI: A desinformação como medida ativa para o conceito russo de Guerra de Nova Geração

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

BRASÍLIA, _____

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o desenvolvimento da desinformação como ferramenta do estado russo e como a desinformação afeta o pleno funcionamento das instituições democráticas ocidentais. Apresentando o contexto pelo qual o estado russo se utilizou da desinformação primeiramente durante a monarquia para o controle interno e posteriormente para o seu uso pelos governos soviéticos durante a Guerra Fria, até os tempos atuais, com atividades de desinformação cada vez mais sofisticadas e capazes de disseminar falsidades. A fim de melhor compreender a mentalidade e os métodos russos de desinformação, as Medidas Ativas e a doutrina da Guerra de Nova Geração são exemplos teóricos e práticos da mentalidade do estado russo ao longo do século XX e começando com no século XXI com a doutrina da Guerra de Nova Geração. Encaixando as doutrinas russas no pensamento teórico do Realismo Ofensivo. Entendidos os métodos e motivações dos atores que executam operações de desinformação, o estudo do impacto das contra medidas também é de suma importância para a defesa das instituições democráticas que se encontram sob pressão. A Partir da análise das doutrinas russas de desinformação e o contexto em que essas operações são realizadas, a desinformação é uma ferramenta poderosa, comumente aplicada por países que se consideram revisionistas da ordem mundial vigente, sendo a Rússia o principal proponente deste tipo de uso da informação. É possível concluir que desinformação russa se demonstrou capaz de ofuscar e distrair os seus adversários, sendo o protagonismo de uma suposta intervenção russa nas eleições americanas de 2016 no processo de Impeachment de Trump em 2019 prova do sucesso russo em ajudar a criar um ceticismo generalizado no sistema político americano. Esforços de contra desinformação são recorrentes e possuem os seus próprios riscos de infringir direitos fundamentais.

Palavras-chave: Desinformação. Rússia. Democracia. Redes Sociais. Contramedidas.

ABSTRACT

The present work aims to present a study on the development of disinformation as a tool of the Russian state and how disinformation affects the full functioning of Western democratic institutions. Presenting the context in which the Russian state used disinformation first during the monarchy for internal control and later for its use by Soviet governments during the Cold War, until the present time, with increasingly sophisticated disinformation activities capable of spreading falsehoods. Active Measures and Next Generation Warfare doctrine are theoretical and practical examples of Russian state mentality throughout the 20th century and beginning with the 21st century with the doctrine of New Generation Warfare. Embedding Russian doctrines in the theoretical thinking of Offensive Realism and how disinformation is used as a tool by revisionist powers and power maximizing policies. Once the methods and motivations of the actors who carry out disinformation operations are understood, the study of the impact of countermeasures is also of paramount importance for the defense of democratic institutions that are under pressure. From the analysis of Russian doctrines of disinformation and the context in which these operations are carried out, disinformation is a powerful tool, commonly applied by countries that consider themselves revisionists of the current world order, with Russia being the main proponent of this type of use of the informational environment.. It is possible to conclude that Russian disinformation has proven capable of obfuscating and distracting its opponents, with the protagonism of an alleged Russian intervention in the 2016 American elections in the 2019 Trump impeachment process being proof of the Russian success in helping to create widespread skepticism in the American political system. Efforts to counter disinformation are recurrent and carry their own risks of infringing fundamental rights.

Keywords: *Disinformation. Russia. Democracy. Social media. Countermeasures.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. UM PROCESSO DE DESINFORMAÇÃO CHAMADO DE MEDIDA ATIVA	9
2.1 Medidas Ativas (Active Measures).	9
2.2 Uma disputa de poder chamado de Poder Dual	13
2.3 Desenvolvimento do aparato de inteligência russo e o Realismo Ofensivo	14
3. PROCESSO DE DESENFOMAR	17
3.1 Guerra híbrida vs Guerra de Nova Geração	18
3.2 IRA Russo e o impacto nas redes sociais	21
3.3 Interferência nas eleições americanas de 2016.	23
4. CONSEQUÊNCIAS SOBRE O PROCESSO DELIBERATIVO DEMOCRÁTICO	25
4.1 Origem e Consequências nas Democracias contemporâneas	25
4.2 Desinformação como ameaça aos Direitos Humanos	28
4.3 Ações Contra-desinformação	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Desinformação como ferramenta de inteligência é destinada a conceder um selo de verdade e não governamental às mentiras expelidas por governos, sendo a Rússia um grande usuário desse tipo de ferramenta, utilizando internamente e externamente. A desinformação russa possui uma longa história, remetendo aos tempos da Rússia Imperial com falsificações e mentiras criadas com o intuito de manter o controle interno. Na Rússia pós revolução do Outubro Vermelho, a desinformação cresceu junto ao poder soviético e seu aparato de inteligência, estabelecendo doutrinas e operações contra não só seus adversários internos, mas também seus adversários externos. A desinformação russa contemporânea integra o uso das redes sociais e mira atingir o que o governo russo considera como a vulnerabilidade de seus adversários ocidentais, o processo democrático de eleições e deliberação nessas sociedades abertas.

O advento da internet e mais tarde as redes sociais, transformou radicalmente o modo como as pessoas consomem informação, facilitando o modo de como essas informações são processadas e disseminadas, facilitando bastante a distribuição de notícias. A remoção de barreiras de entrada por um lado democratiza o acesso à produção de notícias e conteúdo, porém também precariza a qualidade e confiabilidade dessas notícias. Tendo as redes sociais ampliado o debate público, porém não o aprimorado.

Os processos democráticos de deliberação e eleições livres são considerados como vulnerabilidades por países autoritários, sendo operações de desinformação criadas com o intuito de poluir o ambiente informacional. Desse modo, dificultando processos decisórios e consequentemente a plenitude das instituições democráticas que derivam a sua legitimidade da confiança dos eleitores de que elas representam os seus interesses. Considerando a importância do debate público e confiança nas instituições para a plenitude de uma democracia, visa-se responder a seguinte pergunta: Afinal, como essas operações russas de desinformação são feitas, e quais as consequências da desinformação nas democracias e como devem ser combatidas?

Para tanto, esse trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata sobre o conceito teórico do que seria desinformação, o contexto histórico russo e a sua relação com o Realismo Ofensivo. O segundo capítulo busca expor o processo de desinformação. Analisando a doutrina russa de Guerra de Nova Geração e o conceito ocidental de Guerra

Híbrida. Quando, posteriormente, são exemplificados os métodos práticos de desinformação e exemplos recentes.

Finalmente, o terceiro capítulo foca analisar as consequências da desinformação, como as democracias contemporâneas liberais e os direitos humanos são particularmente afetados pela desinformação. Por fim, busca-se entender como ações de contra-desinformação podem ser realizadas e como elas devem ser balanceadas com a proteção aos direitos fundamentais dos indivíduos.

2. UM PROCESSO DE DESINFORMAÇÃO CHAMADO DE MEDIDA ATIVA

A etimologia da palavra *Disinformation* vem da aplicação do prefixo Latim *dis-* para *information*, transformando o significado na reversão ou remoção de informações. Na língua portuguesa não existe a diferenciação entre os termos *disinformation* e *misinformation*, o termo desinformação é dado como “1. Ação de desinformar. 2. Dados falsos que induzem ao erro. 3. Privação de conhecimento sobre determinado assunto; ignorância” (MICHAELIS, 2022). Já na língua inglesa esses dois termos *disinformation* e *misinformation* tem seus próprios significados, “*Misinformation: wrong information, or the fact that people are misinformed. Disinformation: false information spread in order to deceive people.*” (CAMBRIDGE, 2022). Essa distinção é extremamente importante para a melhor compreensão do que é o conceito de desinformação quando usada por estados, terceiros, empresas contra seus adversários.

2.1 Medidas Ativas (*Active Measures*).

Igualmente como acontece com a conceituação por meio de livros de referências como dicionários, há diferenças entre os conceitos de desinformação e misinformation também no que se refere ao arcabouço científico. Nesse caso, invocamos Pacepa e Rychlak (2013), que explicam a diferença entre *Misinformation* e *Disinformation* a partir de uma visão de Inteligência:

Disinformation is as different from misinformation as night from day. Misinformation is an official government tool and recognizable as such. Disinformation (i.e.,dezinformatsiya) is a secret intelligence tool, intended to bestow a Western, non government cachet on government lies. Let us assume that the FSB (the new KGB) fabricated some documents supposedly proving that American military forces were under specific orders to target Islamic houses of worship in their bombing raids over Libya in 2011. If a report on those documents were published in an official Russian news outlet, that

would be misinformation, and people in the West might rightly take it with a grain of salt and simply shrug it off as routine Moscow propaganda. If, on the other hand, that same material were made public in the Western media and attributed to some Western organization, that would be disinformation, and the story's credibility would be substantially greater. (PACEPA; RYCHLAK, 2013, p. 35)¹

Os significados de *disinformation* que Pacepa e Rychlak trazem, são significados que estão mais contemporâneas as situações atuais, porém, como o próprio Pacepa e Rychlak trouxeram em seu livro *Disinformation* (2013), esse tipo de atividade subversiva possui uma longa história, iniciando a sua história na Rússia imperial com a Okhrana e posteriormente na Rússia soviética e a infame KGB. Prova disso é a definição de Desinformação que a Grande Enciclopédia Soviética traz:

DEZINFORMATSIYA (from des (q.v.) and French information). Dissemination (in the press, on the radio, etc.) of false reports intended to mislead public opinion. The capitalist press and radio make wide use of dezinformatsiya, in order to fool the people, entangle them in lies, and depict the new war being prepared by the Anglo-American imperialist bloc as a defensive weapon, but depict the peaceful politics of the USSR, countries of the people's democracy and other peace-loving countries as allegedly aggressive. A special role in disseminations of this sort of provocative reports, of every kind of falsehoods, etc., belongs to the American capitalist press, radio and various publication agencies, furnishing false information to the press and to other propaganda organizations. (GREAT SOVIET ENCYCLOPEDIA, 1952)

O arranjo mais amplo que incorpora a Desinformação são as Medidas Ativas, em tradução livre, do termo original *Active Measures*, que Kux (1984) descreve. Tão russas são essas medidas ativas que os termos “Medidas Ativas” e “Desinformação” são diretamente importados do léxico da inteligência soviética. Desinformação é a disseminação de informações total ou parcialmente falsas, significados esses já expostos por outros autores, porém as Medidas Ativas são o conceito mais amplo em que a desinformação tem um papel essencial.

Dentro da doutrina de inteligência soviética, o conceito de Medidas Ativas é: “um conjunto de práticas, incluindo operações de desinformação, esforços de influência política e atividades de grupos de “frente” soviéticos e partidos comunistas estrangeiros” (KUX, 1984,

¹ “A desinformação é tão diferente da desinformação quanto a noite do dia. A desinformação é uma ferramenta oficial do governo e reconhecível como tal. A desinformação (ou seja, dezinformatsiya) é uma ferramenta secreta de inteligência, destinada a conceder um selo ocidental e não governamental às mentiras do governo. Vamos supor que o FSB (a nova KGB) fabricou alguns documentos supostamente provando que as forças militares americanas estavam sob ordens específicas para atacar casas de culto islâmicas em seus bombardeios sobre a Líbia em 2011. Meio de comunicação russo, isso seria desinformação, e as pessoas no Ocidente podem, com razão, tomá-lo com um grão de sal e simplesmente dar de ombros como propaganda de rotina de Moscou. Se, por outro lado, esse mesmo material fosse divulgado na mídia ocidental é atribuído a alguma organização ocidental, isso seria desinformação, e a credibilidade da história seria substancialmente maior.”, [tradução nossa].

p. 19) . Todas as atividades de Medidas Ativas possuem o objetivo comum no aprimoramento da influência soviética, comumente atingida pela degeneração da imagem do oponente, envolvendo elementos de engano, ilusão e meios a fim de mascarar a “mão” de Moscou (KUX, 1984).

Analisando o significado que a enciclopédia soviética nos traz e o texto de Kux, que explica o conceito de Medidas Ativas, se torna claro a mentalidade do estado soviético e a doutrina de inteligência dos serviços secretos do bloco soviético. O estado comunista considera não só estar envolvido numa guerra fria contra o mundo capitalista, principalmente contra o que ele diz ser o bloco Anglo-Americano imperialista, mas considera também estar numa guerra de informação. Por isso, usa das doutrinas chamadas de *Dezinformatsya* e dos conceitos dentro das Medidas Ativas, de forma a realizar as suas próprias atividades de desinformação, manipular opiniões e de certa forma tentando manchar a imagem do oponente, a fim de se colocar com moralmente superior frente ao bloco imperialista capitalista Anglo-Americano.

Diziam os manuais de treinamento de agentes de inteligência romena que o termo desinformação tinha nascido no século XVIII na Rússia imperial. Se buscarmos essa origem, descobrimos que a desinformação foi fruto do caso de amor entre Catarina, a Grande, e o príncipe Grigory Potemkin, seu principal e conselheiro político e militar. Em 1787, Potemkin, então governador-geral da Nova Rússia (hoje Ucrânia), levou a imperatriz em um passeio pela Crimeia.

Cabe ressaltar que Potemkin havia sido instrumental na anexação da Criméia dos turcos quatro anos antes. Para impressioná-la, Potemkin providenciou a construção de aldeias falsas ao longo da rota que a imperatriz tomaria. Uma dessas aldeias de fachada vazia, erguido na foz do pequeno rio Bug, chegou ao ponto de acolher a imperatriz com um arco triunfal com a inscrição: “Este é o caminho para Constantinopla” (PACEPA; RYCHLAK, 2013). Em 1843 o Marquês de Custine viajou à Rússia, inspirado pelas viagens de seu conterrâneo Alexis de Tocqueville, Custine buscava realizar um trabalho semelhante ao de Tocqueville, para Custine o “O despotismo russo não apenas conta ideias e sentimentos para nada, mas refaz os fatos; ele guerreia a evidência e triunfa na batalha.” (CUSTINE, 1843, p. 161)

Vale lembrar que a história russa após a deflagração da revolução francesa e as Guerras Napoleônicas que a sucedeu, é uma história marcada por uma luta constante contra as forças do Liberalismo Político e de grupos extremistas frustrados com o lento progresso social. A frustração e a tensão por parte de grupos radicais na Rússia culminaram em 1881

com o assassinato do Czar Alexandre II, ele que era um grande reformista, inclusive abolindo a instituição da servidão, que havia assolado os camponeses russos durante gerações.

O Assassinato do Czar Alexandre II culminou também na morte do espírito reformista do Czar, inaugurando uma nova era de repressão das liberdades civis, políticas e engavetando quaisquer planos de uma constituição. (HEILBRONNER, 1961). Por sua vez, Czar Alexandre III embarcou numa renovada jornada pelo poder autocrático, os planos de liberalização de Alexandre II estavam definitivamente deixados para trás. O Conde Stroganov em uma conversa com Alexandre III fala sobre os planos de seu falecido pai que estavam para ser publicados:

The nation, he said, did not require greater liberties but more energetic action by the government. The suggested proposals were harmful; their approval could only result in the ultimate destruction of the necessary, autocratic power of the tsar. His authority would then pass into the hands of the people concerned only with their selfish, personal motives. Implementation of the proposals, the count said, will surely "lead straight to a constitution, which I desire neither for your sake nor for that of Russia." (HEILBRONNER, 1961, p. 386)²

Foi em reação ao assassinato do Tsar que é criada a chamada *Okhrana*, a polícia secreta do regime czarista, que teve seu fim em 1917. Criada com o intuito de combater o terrorismo político e de combater grupos revolucionários, evitando que novamente um Tsar fosse assassinado, a *Okhrana* executava operações secretas, usava de agentes disfarçados e duplos, infiltrando esses grupos revolucionários a fim de manter o governo informado e mantê-los contidos. Para tal, também fazia uso extensivo de agentes *provocateurs*³, possuindo até filiais no exterior, principalmente na França, que na época era um reduto de revolucionários exilados (ANDREWS, 1989).

Alguns dos métodos utilizados pela *Okhrana* foram mais tarde apropriados pelas polícias secretas pós-revolução de 1917. Um dos maiores feitos de desinformação ou simplesmente de falsificação foi realizado pela *Okhrana*, em 1903, quando foi publicado na Rússia um texto que se tornaria infame na década de 30 com a ascensão do partido nazista, Os Protocolos dos Sábios de Sião. Essa publicação era uma fabricação de amalgamação de várias fontes e que descreve uma suposta conspiração judaica para dominar o mundo (LARSSON, 1994)

² “A nação, disse ele, não exigia maiores liberdades, mas uma ação mais enérgica do governo. As propostas sugeridas eram prejudiciais; sua aprovação só poderia resultar na destruição final do poder necessário e autocrático do czar. Sua autoridade passaria então para as mãos das pessoas preocupadas apenas com seus motivos egoístas e pessoais. A implementação das propostas, disse o conde, certamente "levará diretamente a uma constituição, que não desejo nem para o seu bem nem para o da Rússia". [tradução nossa].

³ *Provocateur*, segundo o dicionário Collins é uma pessoa que provoca problemas, provoca discórdia ou coisas semelhantes; agitador.

Apesar de o anti-semitismo não ser algo incomum na Europa do século XIX, os Pogroms na Rússia eram particularmente brutais e em alguns casos era ativamente instigados pelas autoridades locais (RADZINSKY, 1993). A fabricação de conspirações de dominação mundial, em que Os Protocolos dos Sábios de Sião é o ápice, exemplificam o antissemitismo como política de estado e cumplicidade das autoridades imperiais, não só nas punições brandas dos perpetradores, mas também no que seria um protótipo das Medidas Ativas. Mais tarde, tais medidas seriam desenvolvidas pelas agências comunistas, ou seja, ativamente criando e fabricando mentiras ou meias verdades a fim de causar uma reação ou mudança de opinião.

2.2 Uma disputa de poder chamado de Poder Dual

No início de 1917, a 1ª Guerra Mundial já assolava o mundo e a Rússia há 3 anos. No entanto, essa data específica se tornaria um ano marcante para a história russa. Tudo começou com pão em fevereiro de 1917 no frio de São Petersburgo, Petrogrado na época, por várias semanas as padarias da cidade estavam esgotadas, especialmente nos bairros operários, e longas filas de pão começaram a aparecer. O problema não era necessariamente a falta de suprimentos, mas sim uma crise logística, já que as ferrovias e o aparato logístico do país inteiro estavam dedicados ao esforço de guerra (FIGES, 1998), resultando em um “motim” do pão se tornou a revolução de fevereiro, culminando na abdicação do Tsar Nicholas II e a consequente abolição da monarquia russa.

A subsequente disputa de poder entre o Soviete de Petrogrado e o Governo Provisório ficou conhecida como o Poder Dual. Onde o Governo Provisório mantinha o poder formal, representava a Rússia no exterior e comandava a burocracia do estado, porém esse governo não detinha legitimidade nos olhos de boa parte da população russa. Logo, os sovietes, principalmente o soviete de Petrogrado, possuíam o verdadeiro poder por trás da fachada formal do Governo Provisório (STEINBERG, 2001).

A contínua participação da Rússia na guerra, o ganho de popularidade dos sovietes como uma alternativa, e uma crônica falta de legitimidade, o governo de Aleksander Kerensky passava por uma enorme pressão interna. A recusa do governo Kerensky em aceitar um acordo de paz com a Alemanha e a Áustria criaram uma ambiente onde o governo provisório é pressionado internamente por forças alternativas e externamente pelas Potências Centrais. Toda essa pressão sob o governo Kerensky, junto a uma nova escassez de mantimentos básicos causaram uma nova revolta que sob a liderança de Leon Trotsky e Vladimir Lênin se tornaria na Revolução de Outubro. Os bolsheviks invadiram o Palácio de

Inverno e prenderam os membros do Governo Provisório. A partir daqui a Rússia foi lançada em um curso ousado e perigoso, sob um partido de orientação Marxista-Leninista a nova liderança iria procurar criar o primeiro estado comunista (SERVICE, 2015).

Os sovietes que governaram durante o período do Poder Dual, entre o poder dessas assembleias e o poder do Governo Provisório, eram populares entre os russos, afinal se via neles uma representação mais legítima do que a dos membros que compunham o Governo Provisório. Isso porque os membros desses sovietes eram eleitos, ao contrário do que ações que os bolsheviks tomaram durante o que ficou conhecido como A Revolução de Outubro. Tais fatos deram a entender que os sovietes não eram dominados pelas alas mais radicais e revolucionárias, mas sim por socialistas moderados como Kerensky, que chefiou durante os meses mais críticos do Governo Provisório era também membro do soviete de Petrogrado.

Sem o apoio popular que Lênin havia previsto, o governo bolchevique confiava cada vez mais na força bruta, empoderando elementos como Felix Dzerjinsky, que mais tarde formalizaria a Comissão Extraordinária de Toda a Rússia, a Tcheka, com o propósito de salvaguardar a revolução. O período que sucedeu a criação da Cheka e o Outubro Vermelho é conhecido como o Terror Vermelho (WARD, 2014).

Durante esse episódio, a Tcheka foi cada vez mais sendo empoderada e ligada ao poder do partido Bolchevique, respondendo não ao ministério do interior, ou ao poder judiciário, como era a falecida Okhrana, mas, diretamente aos diretórios do partido Bolchevique, ou seja, a Tcheka possuía amplos poderes de prender, julgar, e executar a sentença sem ao menos passar por qualquer processo judicial. Além de uma expansão nas responsabilidades, a Tcheka passou a ser composta de mais de 200.000 membros, demonstrando aqui a importância que o partido Bolchevique dava a repressão interna, para comparação a Okhrana que em seus tempos possuía uma reputação de “big brother” observando e achando qualquer inimigo do Czar, não chegando a ultrapassar os 1.000 oficiais em seus ranques (MOOREHEAD, 1958)

Esse complexo de inteligência iria sobreviver a Guerra Civil Russa, a sucessão de Lenin e ascensão de Stalin sobre diferentes nomes. Até que em 1952, após passar por uma sucessão de 10 diferentes nomes e liderados por diferentes diretores, a KGB nascia e desse jeito permaneceria até a dissolução da União Soviética em 1991.

2.3 Desenvolvimento do aparato de inteligência russo e o Realismo Ofensivo

A derrota da Alemanha no final da 2ª Guerra Mundial transformou a União Soviética numa superpotência, a ocupação por parte das forças soviéticas de praticamente toda a Europa

oriental e boa parte da Europa central, proporcionou a Stalin uma oportunidade de transformar esse território ocupado em países satélites. A fim de promover os seus governos “fantoques”, o serviço secreto comunista promoveu uma “purificação” política dos territórios, realizando prisões em massa e executando intelectuais, oficiais da resistência, políticos locais, tal como realizou anos antes em 1940 na Polônia na floresta de Katyn, perpetrado pela NKVD. (SANFORD, 2005).

Ao eliminar a política e resistência local, o governo soviético pôde construir instituições estatais completamente subordinadas ao governo soviético em Moscou, sendo os serviços de inteligência locais especialmente relevantes nesse processo de “sovietificação” do leste Europeu. (NAIMARK, 2010). A KGB, junto às agências satélites, construiu um enorme aparato de inteligência, recrutando espões, se infiltrando em instituições ocidentais e desenvolvendo as chamadas Medidas Ativas. Em suma, a abordagem soviética das relações internacionais pode ser melhor descrita como uma forma de “guerra política”, com as técnicas enganosas da doutrina das Medidas Ativas possuindo papel essencial nessa “guerra” (USAI 1992).

Dentro de uma noção de “guerra política” as agências de inteligência socialistas desenvolveram diversos métodos de desinformação, entrando na doutrina das Medidas Ativas. Exemplo de como desinformação não era apenas uma mera ferramenta de inteligência, mas também fazia parte de uma política de estado. Cabe ressaltar que um exemplo seria os dias que sucederam o assassinato do presidente Kennedy por um atirador solitário, quando os serviços de inteligência comunistas, sob a diretiva direta de Khrushchev, realizaram a operação batizada de Operação Dragon. A tese da operação era desviar qualquer atenção do público e da mídia americana para longe da direção do bloco comunista, plantando então a ideia de que na verdade a CIA estaria por algum motivo envolvida ou responsável pela morte do presidente Kennedy (PACEPA; RYCHLAK, 2013).

Ion Mihai Pacepa, que na época fazia parte do *Securitate* (a “KGB” romena), descreve o seguinte:

Four days after President Kennedy was killed, General Sakharovsky landed unannounced in Bucharest, in what proved to be his first stop on a blitz tour of the main “sister” services. From him, we in the DIE learned that the KGB had already launched a worldwide disinformation operation aimed at diverting public attention away from Moscow in respect to the Kennedy assassination, and at framing the CIA as the culprit. “The Comrade” himself—Khrushchev—wanted to make it clear to all “our sister services” that this was by far our first and most important task. “The Comrade” was afraid, Sakharovsky told us, that if the American media and public opinion should start pointing the finger at Moscow, that could end in a nuclear confrontation. Time was of the essence. It was crucial, Sakharovsky

emphasized, to spread our version about the assassination before Washington could spread its own, so that our disinformation machinery could plant the idea on virgin soil that the CIA was responsible for the crime (PACEPA; RYCHLAK, 2013, p. 321).⁴

Dentro da narrativa que a Operação Dragão estava criando, seria essencial a menção de pequenas verdades, por exemplo, a menção de um ciumento Presidente Johnson como o instigador da conspiração da CIA, que ele, supostamente, havia pessoalmente arranjado para acontecer no Texas em seu “*home turf*”. Em dezembro, como parte da trama, a KGB adicionou os “tubarões” do “complexo militar-industrial” americano, que supostamente estavam furiosos com Kennedy, por querer reduzir a presença militar americana no exterior e, portanto, nos gastos com armas. A mera menção de o assassinato acontecer no Texas, a “casa” de Presidente Johnson, o famigerado e o sombrio “complexo militar-industrial”, criam “pernas” para essas mentiras.

Hoje a Operação Dragão é considerada como uma das mais bem sucedidas operações de desinformação da história (PACEPA; RYCHLAK, 2013). Uma pesquisa da Gallup em 2013, por exemplo, afirma que 63% dos americanos ainda acreditam que Lee Harvey Oswald agiu em conjunto com alguém, desses 63%, 42% acreditam no envolvimento do governo americano, apenas 3% do total acreditam que a União Soviética esteve envolvida. (GALLUP, 2013).

Cabe ressaltar que o empreendedorismo do aparato de inteligência russa, demonstrada anteriormente, pode ser interpretado com a aplicação da teoria do realismo ofensivo. Esse sustenta a ideia de que a natureza anárquica do sistema internacional é responsável pela promoção do comportamento agressivo do Estado na política internacional (MEARSHEIMER, 2001). Dado o nome de ofensivo por justamente existir o contraste entre o chamado Realismo Defensivo, que apresenta uma estrutura anárquica do sistema internacional, que incentiva os Estados a manterem políticas moderadas e reservadas para alcançar a segurança nacional (WALTZ, 1979).

⁴ “Quatro dias após a morte do presidente Kennedy, o general Sakharovsky desembarcou sem aviso prévio em Bucareste, no que provou ser sua primeira parada em uma excursão blitz pelos principais serviços “irmãos”. Por ele, nós do DIE soubemos que a KGB já havia lançado uma operação mundial de desinformação destinada a desviar a atenção do público de Moscou em relação ao assassinato de Kennedy e enquadrar a CIA como culpada. O próprio “camarada” — Khrushchev — queria deixar claro para todos os “nossos serviços irmãos” que esta era de longe nossa primeira e mais importante tarefa. “O Camarada” estava com medo, Sakharovsky nos disse, que se a mídia e a opinião pública americana comesçassem a apontar o dedo para Moscou, isso poderia terminar em um confronto nuclear. O tempo era da essência. Era crucial, enfatizou Sakharovsky, divulgar nossa versão sobre o assassinato antes que Washington pudesse divulgar a sua própria, para que nossa máquina de desinformação pudesse plantar a ideia em solo virgem de que a CIA era responsável pelo crime.”, [tradução nossa].

O realismo defensivo trabalha sob o princípio de que os estados são propícios a usar todos os seus aparatos de segurança a fim de manter o *status quo*, tentando ao máximo preservar as suas posições no sistema internacional através de um jogo de balança de poder (WALTZ, 1979). Assim, essa vertente teórica descreve os estados não como potências a dispostas a manter o *status quo* do poder, mas vê as potências como estados revisionistas da ordem de poder, ou seja, os estados vão através de vários métodos diferentes maximizar o seu poder e tendo como objetivo final atingir um *status* de hegemônico.

Por isso, dentro da lógica do Realismo Ofensivo, o sistema internacional proporciona às grandes potências os incentivos para recorrerem a ação ofensiva a fim de por objetivo final aumentar a sua segurança e garantir a sua sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001). Como exemplo prático dessa teoria, Mearsheimer evidencia o exemplo do reinício da corrida nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética:

How did American policymakers view this development, and how did they respond to it? They were not only deeply unhappy about it, but for the remainder of the Cold War, they devoted considerable resources to escaping MAD and gaining a nuclear advantage over the Soviet Union...For example, SIOP-5, the actual military plan for employing nuclear weapons that took effect on January 1, 1976, listed 25,000 potential targets. SIOP-6, which the Reagan administration approved on October 1, 1983, contained a staggering 50,000 potential targets.(MEARSHEIMER, 2001, p. 207).⁵

Ao contrário de aceitar um impasse, a liderança americana, frente ao contínuo aumento das capacidades retaliatórias e quantidade do arsenal nuclear soviético, lançou um enorme esforço de expandir também as capacidades nucleares americanas de retaliação e *first strike*, que os soviéticos não conseguiriam corresponder. O excerto trazido demonstra a enorme expansão nuclear americana e a quantidade massiva de alvos designados. Em suma, os Estados Unidos ao perceber a diferença de poderio nuclear entre ele e a União Soviética, não tratou de ter uma postura de balanceamento, mas sim uma postura de maximização de poder frente a potência revisionista no quesito de poder nuclear.

⁵ “Como os formuladores de políticas americanos viram esse desenvolvimento e como responderam a ele? Eles não estavam apenas profundamente descontentes com isso, mas pelo restante da Guerra Fria, eles dedicaram recursos consideráveis para escapar do MAD e obter uma vantagem nuclear sobre a União Soviética ... Por exemplo, o SIOP-5, o plano militar para empregar armas nucleares que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1976, listou 25.000 alvos potenciais. O SIOP-6, que o governo Reagan aprovou em 1º de outubro de 1983, continha impressionantes 50.000 alvos potenciais.”, [tradução nossa].

3. PROCESSO DE DESENFORMAR

Desinformação como ferramenta política e geopolítica não é algo recente, sendo usada por generais e políticos desde os tempos antigos. O desenvolvimento da desinformação como uma política, como um aspecto persistente nas atividades políticas e de inteligência se desenvolve no decorrer do século XX, sendo a Rússia o principal proponente desse tipo de tática e pensamento político e estratégico.

O fim da Guerra Fria, o advento da Era da Informação e a inquestionável disseminação da globalização cria novos planos de enfrentamento, sendo na década de 90 com a disseminação da internet para o grande público ocorre toda uma mudança para o ambiente informacional. Conseqüentemente se mudam também os meios pelos quais a desinformação é disseminada, possuindo muito mais capilaridade e liberdade de disseminação do que em tempos passados. Novos meios de disseminação de informação necessitam de novos métodos de desinformação, a criação desse plano cibernético é novamente adaptada para as realidades geopolíticas e pensamento estratégico de cada país.

A Rússia, após uma conturbada década de 1990, entra no novo milênio com uma sombra do que foi o império soviético, porém a dominação econômica do ocidente e conseqüentemente enfraquecimento dos meios convencionais russos levam ao desenvolvimento de novas estratégias e modos de se atingir objetivos geopolíticos e militares.

3.1 Guerra híbrida vs Guerra de Nova Geração

Proposta originalmente feita por Frank Hoffmann, o uso do termo “Guerra Híbrida” ganhou visibilidade a partir da anexação da Criméia pela Rússia em 2014. A própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) usa o termo guerra híbrida para descrever o tipo de estratégia empregada pela Rússia na Criméia.

A estratégia híbrida, como desenvolvida por Hoffman (2007), é baseada no emprego de uma mistura de instrumentos. O emprego desses conjuntos tem como um de seus propósitos dificultar o entendimento completo da situação pelo adversário, dessa forma impossibilitando a organização de uma contra estratégia efetiva que possa lidar com o empregador dessa estratégia. O maior desafio na construção dessas estratégias é o fato de que o agente estatal ou não-estatal irá empregar as tecnologias e meios que são mais apropriados para a sua própria realidade, o confronto acaba por tomar uma dimensão multimodal.

Essa guerra híbrida, multimodal por natureza, termina por incluir a exploração de capacidades modernas para o apoio a insurgentes, terroristas e atividades criminosas. Além,

claro, do uso de tecnologias de alta sofisticação que se combinam com atividades terroristas e operações de guerra cibernética contra alvos econômicos e financeiros (HOFFMAN, 2007). A título de apontamento, tal estratégia não é somente vinculada ao comportamento russo, como levados a pensar, haja vista que a maioria dos trabalhos teóricos se baseiam nas ações dessa nação, mas também é empregada por outros países, como é o caso do Irã:

In Bahrain, Iran has continued to provide weapons, support, and training to local Shia militant groups, including the al-Ashtar Brigades. In Yemen, Iran has provided weapons, support, and training to the Houthi militants, who have engaged in terrorist attacks against regional targets. In 2019, Iran provided support to Hamas and other designated Palestinian terrorist groups, including Palestine Islamic Jihad and the Popular Front for the Liberation of Palestine-General Command. These Palestinian terrorist groups were behind numerous deadly attacks originating in Gaza and the West Bank, including attacks against Israeli civilians in the Sinai Peninsula. The Iranian government maintains a robust offensive cyber program and has sponsored cyber attacks against foreign government and private sector entities. (US STATE DEPARTMENT, 2019) ⁶

Em contrapartida, o uso do termo “Guerra Híbrida” possui seus detratores, tal como Berzins (2019). Segundo ele, o termo cunhado por Hoffman (2007) é demasiado vago, servindo mais como um novo termo para se referir a métodos de guerra irregular contra uma força convencional teoricamente superior. O significado abstrato do termo aponta que muitas vezes o conceito é usado de forma genérica para se referir a ameaças não-lineares.

Enquanto os conceitos apresentados por Hoffman (2007) lidam com as percepções e demandas dos aparatos de segurança, principalmente de um ponto de vista ocidental, a Guerra de Nova Geração trazida por Berzins (2019) é construída baseada nos conceitos e percepções russas, trazendo noções e trabalhos de vários oficiais e pesquisadores russos. Logo, a Guerra de Nova Geração é de certa forma um Guerra Híbrida, mais objetiva e direcionada, sanando algumas das críticas que o conceito que Hoffman (2007) apresentou. Em suma, a Guerra de Nova Geração é uma espécie de Guerra Híbrida particularmente russa.

A visão russa da guerra moderna é a ideia de que o principal campo de batalha é a mente, a informação e a guerra psicológica, ideias essas que dominam o conceito da Guerra

⁶ “No Bahrein, o Irã continua a fornecer armas, apoio e treinamento a grupos militantes xiitas locais, incluindo as Brigadas al-Ashtar. No Iêmen, o Irã forneceu armas, apoio e treinamento aos militantes houthis, que se envolveram em ataques terroristas contra alvos regionais. Em 2019, o Irã prestou apoio ao Hamas e outros grupos terroristas palestinos designados, incluindo a Jihad Islâmica Palestina e a Frente Popular para a Libertação da Palestina-Comando Geral. Esses grupos terroristas palestinos estão por trás de vários ataques letais originados em Gaza e na Cisjordânia, incluindo ataques contra civis israelenses na Península do Sinai. O governo iraniano mantém um robusto programa cibernético ofensivo e patrocinou ataques cibernéticos contra governos estrangeiros e entidades do setor privado”, [tradução nossa].

de Nova Geração. O objetivo principal é reduzir a necessidade de mobilizar o “*hard power*” militar para o mínimo possível, fazendo com que a população civil e militar do oponente apoie o agressor em detrimento dos seus próprios governos (BERZINS, 2014).

Pensadores russos, como Nagorny e Shurygin (2020), possuem uma interessante noção da guerra permanente na doutrina militar, denotando também a ideia de um inimigo permanente. Na estrutura geopolítica russa, esse inimigo sem dúvida alguma é a OTAN. Para a Rússia essa organização ocidental significa não só a instituição de defesa mútua do Atlântico Norte, mas também a civilização ocidental, seus valores, cultura, sistema político e ideologia.

Assumindo, portanto, que embora conceitos semelhantes, a Rússia se baseia no conceito estratégico de Nova Guerra para empreender sua estratégia do que no conceito ocidentalizado da Guerra Híbrida, cabe por vez compreender como ela se estrutura. Sobre essa, existem oito fases segundo Chekinov e Bogadanov (2013):

First Phase: non-military asymmetric warfare (encompassing information, moral, psychological, ideological, diplomatic, and economic measures as part of a plan to establish a favorable policy, economic, and military situation). Second Phase: special operations to mislead political and military leaders by coordinated measures carried out by diplomatic channels, media, and top government and military agencies by leaking false data, orders, directives, and instructions. Third Phase: intimidation, deception, and bribing of government and military officers, with the objective of making them abandon their service duties. Fourth Phase: destabilizing advertising to increase discontent among the population, boosted by the arrival of Russian bands of militants, escalating subversion. Fifth Phase: establishment of no-fly zones over the country to be attacked, imposition of blockades, and extensive use of private military companies in close cooperation with armed opposition units. Sixth Phase: commencement of military action, immediately preceded by large-scale reconnaissance and subversive missions. All types, forms, methods and forces, including special operations forces, space, radio, radio engineering, electronic, diplomatic, and secret service intelligence, and industrial espionage. Seventh Phase: combination of a targeted information operation, electronic warfare operation, aerospace operation, continuous air force harassment, combined with the use of high-precision weapons launched from various platforms (long-range artillery and weapons based on new physical principles, including microwaves, radiation and non-lethal biological weapons). Eighth Phase: roll over the remaining points of resistance and destroy surviving enemy units by special operations conducted by reconnaissance to spot which enemy units have survived and transmit their coordinates to the attacker's missile and artillery units; fire barrages to annihilate the defender resisting army units by effective advanced weapons; air-drop operations to surround points of resistance; and territory mopping-up operations by ground troops.

(CHEKINOV; BOGADANOV, 2013, p. 4-12).⁷

A doutrina Russa de Guerra de Nova Geração demonstra o quanto a desinformação, ofuscação e o emprego pontual de meios não simétricos e muitas vezes não-militares, estão presentes no pensamento estratégico da Rússia, bem como os seus meios já foram, são e ainda vão ser empregados.

3.2 IRA Russo e o impacto nas redes sociais

Uma “fazenda de troll” é um grupo organizado que se reuniu com o propósito específico de afetar a opinião pública através da geração de má-informação e/ou desinformação na Internet. Um indivíduo envolvido em tal atividade é referido como um *troll* da Internet. (WALKER, 2017). O IRA, grupo russo estabelecido em São Petersburgo em 2013, que influencia e participa de teatros de guerras russas, pode ser considerado uma “fazenda de troll”.

Estima-se que o IRA emprega cerca de 400 pessoas que operam trolls na Internet a partir de uma base de 40 quartos, com endereços de São Petersburgo. No início de sua existência, o trabalho do IRA era muito mais focado na política interna russa. Entretanto, a partir de 2014, houve uma mudança na direção dos esforços da agência, se envolvendo a partir desse momento nas redes de internet em países estrangeiros, principalmente os Estados Unidos. O IRA investiu pesadamente em campanhas fraudulentas, criando imagens e vídeos para retratar os eventos e inundar as mídias sociais com relatos pessoais dos incidentes (MCCOMBIE et al, 2020)

⁷ Primeira fase: guerra assimétrica não militar (abrangendo medidas informacionais, morais, psicológicas, ideológicas, diplomáticas e econômicas como parte de um plano para estabelecer uma situação política, econômica e militar favorável). Segunda Fase: operações especiais para enganar líderes políticos e militares por meio de medidas coordenadas realizadas por canais diplomáticos, mídia e principais agências governamentais e militares, vazando dados, ordens, diretivas e instruções falsas. Terceira Fase: intimidação, engano e suborno de oficiais do governo e militares, com o objetivo de fazê-los abandonar suas funções de serviço. Quarta Fase: publicidade desestabilizadora para aumentar o descontentamento da população, impulsionada pela chegada de bandos de militantes russos, escalando a subversão. Quinta Fase: estabelecimento de zonas de exclusão aérea sobre o país a ser atacado, imposição de bloqueios e uso extensivo de empresas militares privadas em estreita cooperação com unidades armadas da oposição. Sexta Fase: início da ação militar, imediatamente precedida por missões de reconhecimento e subversivas em grande escala. Todos os tipos, formas, métodos e forças, incluindo forças de operações especiais, espaço, rádio, engenharia de rádio, inteligência eletrônica, diplomática e de serviços secretos e espionagem industrial. Sétima Fase: combinação de operação de informação direcionada, operação de guerra eletrônica, operação aeroespacial, perseguição contínua da força aérea, combinada com o uso de armas de alta precisão lançadas de várias plataformas (artilharia de longo alcance e armas baseadas em novos princípios físicos, incluindo microondas, radiação e armas biológicas não letais). Oitava Fase: rolar os pontos de resistência restantes e destruir as unidades inimigas sobreviventes por meio de operações especiais conduzidas por reconhecimento para localizar quais unidades inimigas sobreviveram e transmitir suas coordenadas para as unidades de mísseis e artilharia do atacante; barragens de fogo para aniquilar as unidades do exército que resistem defensoras por meio de armas avançadas eficazes; operações de lançamento aéreo para cercar pontos de resistência; e operações de limpeza de território por tropas terrestres. [tradução nossa].

Antes da eleição, o IRA escalou suas atividades e usou sua presença na mídia social para organizar uma série de comícios no mundo real, sendo esses comícios fabricados ocorridos na Flórida, Nova York, Distrito de Columbia e Pensilvânia, como parte da operação de influência antes da eleição. (MCCOMBIE; et al, 2020). McCombie (et al, 2020) indica uma lista abrangente de temas contenciosos e divisivos que foram escolhidos e explorados pelo IRA, alguns deles são: Blue Lives Matter, pró-polícia; Cultura, comunidade e orgulho do Texas; Cultura do sul (história da Confederação); Movimentos separatistas e secessão; Cultura, comunidade e orgulho LGBT; Cultura, comunidade e orgulho nativos americanos; Cultura de meme e "pílula vermelha"; Patriotismo e cultura do Tea Party; Cultura liberal e feminista; Conteúdo político pró-Trump e anti-Clinton; Confiança na mídia.

A existência desses grupos talvez possa ser considerado o maior demonstrativo das vulnerabilidades das democracias, pois acabam impactando negativamente na sua essência. Dessa forma, os dizeres americanos *"In god we trust"* poderiam facilmente ser substituídos por *"In social media we trust"*. Isso fica patente ao observar as colocações de JOHN (2021), que demonstra como a geração Z, entre 9-24 anos de idade, que seria a geração mais apta que a antecessora tecnologicamente é usualmente enganada, sendo um alvo fácil para notícias falsas e alegações absurdas.

A autora acompanha a reação de jovens em relação a uma alegação durante o período de eleições nos Estados Unidos. Essa desinformação alegava que haveria um massacre de pessoas LGBT e pessoas de cor, caso Trump perdesse a eleição. No entanto, mesmo uma alegação tão flagrantemente falsa, pois desrespeito a uma superestimação do poder de um indivíduo, mesmo sendo o presidente dos Estados Unidos, acabou por ganhar tração principalmente entre os mais jovens. O artigo apresenta o argumento de que jovens são mais propícios a acreditar e passar desinformação se eles sentirem uma sensação de identidade comum com a pessoa que compartilhou em primeiro lugar.

Já no mundo offline, John (2021) traz a relevância do contexto social da comunidade de cada um. Logo, ao decidir quais reivindicações devem ser confiáveis e de quem deve ser ignorado ou duvidado, adolescentes aproveitam esse contexto social estabelecido em suas comunidades. Conexões sociais e reputações individuais desenvolvidas através de anos de experiências compartilhadas informam quais membros da família, amigos e colegas de classe adolescentes são confiáveis para formar suas opiniões e receber atualizações em eventos.

Neste cenário, um conhecimento coletivo da comunidade sobre em quem confiar e quais tópicos observar contribui mais à credibilidade do que à identidade da pessoa que faz uma reclamação, mesmo que essa identidade seja compartilhada por esses jovens. Assim, a

credibilidade das mídias sociais dependem muito mais de identidade do que comunidade. Acerca disso, ressalta-se ainda que quando essa autoridade sai da comunidade, se destacando, ela vai para os chamados *influencers* (JOHN, 2021)

Não só questões identitárias acabam se transformando, mas para Schiffrin (2017) a internet possui um efeito transformador em muitos outros aspectos da sociedade, porém essa transformação, argumenta ela, não aprimorou o ato do protesto e manifestação política. Schiffrin (2017) descreve a percepção do mundo ocidental naqueles anos próximos a Primavera Árabe, antes de se tornar o Outono Árabe, como “Optimistic Debates of 2010 and 2011”⁸.

A internet supostamente teria dispersado o poder de organizações internacionais e governos para comunidades emergentes, que se aproveitam da capacidade de capilaridade das redes sociais e acabam por minar a autoridade tradicional do Estado. A Primavera Árabe, por exemplo, foi por muito tempo associada a esse novo plano do meio informacional. De dinheiro virtual ao mapeamento feito por meio comunitário, bem como reunião de cidadãos para relatar notícias, distribuir informações e organizar politicamente, a tecnologia digital tinha o potencial de deixar estruturas de poder obsoletas para trás (SCHIFFRIN, 2017).

3.3 Interferência nas eleições americanas de 2016.

A fim de exemplificar como a internet transformou a discussão política, porém sem a aprimorar, Schiffrin (2017) traz o exemplo das eleições de 2016 nos Estados Unidos, trazendo a importância do Facebook nas eleições daquele ano. A difusão das chamadas “*junk news*” se tornaram endêmicas, concentrando o envio dessas *fake news* a localizações estratégicas para as eleições.

Argumenta ainda a autora que o Facebook é uma das plataformas mais importantes para a vida pública em boa parte dos países democráticos e até mesmo na dos não democráticos. Seus algoritmos de publicidade permitem que anunciantes politicamente motivados alcancem um público propositadamente selecionado, chegando a compor o chamado neopopulismo ou populismo das redes. No entanto, a empresa não fornece nenhum registro público dos anúncios políticos que veicula aos usuários, impossibilitando que analistas mensurem de maneira sistêmica a disseminação de *junk news*. Para outros tipos de mídia, os candidatos políticos devem declarar seu patrocínio e arquivar cópias na *Federal Election Commission*, o que é impossibilitado no caso do Facebook.

⁸ Debates otimistas de 2010 e 2011 [tradução nossa].

Dentre os empregos de estratégias híbridas como o conceito de Guerra Híbrida apresentado por Hoffman (2007), ou também da doutrina russa de Guerra de Nova Geração teorizado por Nagorny e Shurygin (2020), o exemplo mais conhecido e certamente o mais publicizado e infame foi a interferência por parte de agentes agindo sob a bandeira e autoridade da Federação Russa nas eleições presidenciais americanas de 2016.

As ações da Rússia de interferência na eleição ocorreram de várias maneiras e em diferentes planos do sistema eleitoral americano. Agentes russos invadiram a rede do partido Democrata e roubaram milhares de e-mails pertencentes a funcionários do partido, funcionários da campanha de Hillary Clinton e principais apoiadores de sua campanha (LIPTON, 2016). Nos meses restantes antes da eleição, os russos divulgaram os documentos no WikiLeaks e em outros sites.

Cabe ressaltar que Agentes russos também foram acusados de conduzir uma campanha de "trolls" de mídia social para espalhar desinformação. Postando histórias falsas e posando como americanos para gerar debate sobre questões divisórias e provocar discórdia. Como parte desse esforço também houveram compras de anúncios e publicidade em geral por agentes russos (BLAKE II, 2020).

No entanto, os esforços da Rússia não se limitaram a eleições nacionais, seus agentes também tentaram invadir vinte e um sistemas eleitorais estaduais (ZAPOTOSKY; DEMIRJIAN, 2017). É importante ressaltar que essas tentativas não afetaram os mecanismos de contagem de votos. Em vez disso, o Departamento de *Homeland Security* (DHS) descreveu a tentativa de invasão como uma verificação de vulnerabilidades⁹. O DHS recusou-se a nomear os estados envolvidos, mas relatórios indicam que a Rússia investigou o sistema de entrega de cédulas online de Maryland. (KIRALY, 2018)

A *National Security Agency* (NSA) descreveu a extensão desses ataques cibernéticos em sistemas eleitorais estaduais. O relatório da NSA afirma que um fornecedor de *software* de votação foi atacado e que pelo menos 100 funcionários eleitorais também foram visados. Esses ataques supostamente aconteceram alguns dias antes da eleição de 2016. A operação russa atacou os sistemas de registro de eleitores e enviaram e-mails de *phishing* para

⁹ Um teste de vulnerabilidade vai tentar descobrir quais as vulnerabilidades estão presentes em um ambiente através de revisões abrangentes e sistemáticas, buscando identificar no sistema quaisquer pontos fracos que o torne suscetível a ataques ou tentativas de hackers. Uma vulnerabilidade é uma configuração ou aspecto específico do que pode ser explorado indevidamente para obter acesso ilegal. Uma vez explorada, a vulnerabilidade pode se tornar uma porta para que hackers roubem dados confidenciais do ambiente, ou manipulem o sistema para trabalhar de acordo com sua vontade.

indivíduos que estavam encarregados do registro de eleitores. O relatório não concluiu que esses ataques foram bem-sucedidos e a NSA não sabe se qualquer dado foi comprometido ou perdido, mas também não podemos considerar que não alcançaram seu objetivo, já que a verificação de vulnerabilidade consiste em apenas um mapeamento do sistema, ou seja, mesmo que o retorno seja um sistema não violável, ainda sim seria um resultado.

Por fim, cabe apontar que, tal como a doutrina russa prevê, o jogo psicológico é tão importante e, em algumas circunstâncias, mais importante que danos à infraestrutura do alvo. A nuvem escura da dúvida instigada por agentes russos e também por agentes internos criaram um ambiente informacional ainda mais volátil, culminando nesse ceticismo sobre a insegurança eleitoral e na invasão por apoiadores de Trump do Capitólio em 2021.

4. CONSEQUÊNCIAS SOBRE O PROCESSO DELIBERATIVO DEMOCRÁTICO

Tal como foi exposto nos capítulos anteriores, a desinformação possui um certo protagonismo na história russa recente, com as interferências nas eleições americanas, referendun do Brexit e também o controle e distorção da realidade no ambiente informacional interno russo. Ressalta-se que essa atividade remonta ao passado das operações da KGB no ocidente, com as suas Medidas Ativas, e também na gênese de toda essa tradição de desinformação estatal na era tsarista, com a que é considerada uma das *magnum opus* da desinformação que foi a confecção pela Okhrana do livro anti-semita Os Protocolos dos Sábios de Sião, amplamente distribuído e influente na época.

A doutrina de Guerra de Nova Geração proposta por Nagorny e Shurygin, estabelecendo oito fases do modo de futura russa e desenvolvendo os conceitos de Maskirovka, atualiza e adapta a estratégia russa para o conflito moderno, bem aponta a situação geopolítica de uma Rússia, materialmente, demograficamente e diplomaticamente reduzida no palco internacional.

Então, resta compreender de que forma essas intervenções impactam os seus alvos, como os processos democráticos são influenciados e intencionalmente distorcidos. O quão a distorção da realidade afeta as menores escalas, como que um eleitor pensa sobre um candidato até a escala maior de influenciar, poluindo o ambiente informacional dificultando o processo decisório de um estado nacional. Todos esses aspectos são o centro da desinformação como ferramenta de disrupção e corrupção das instituições democráticas.

Como que os estados e as sociedades em geral podem combater a desinformação feita por estado e mesmo por agentes econômicos, políticos internos, como seria feita uma

“Contra-desinformação” por parte dos estados democráticos sem necessariamente infringir as liberdades de seus cidadãos.

4.1 Origem e Consequências nas Democracias contemporâneas

O desenvolvimento da democracia no ocidente foi um processo longo e iterativo, possuindo origens em diversos países e construído por diversos pensadores ao longo de séculos, senão milênios. Filósofos como Platão e Sócrates já discutiam formas de governo no século VI a.C., as democracias modernas que surgiram no século XVIII e XIX na forma da Revolução Americana e Francesa, possuíam inspiração histórica nas repúblicas e democracias clássicas, tendo os “*founding fathers*” americanos a República romana como inspiração histórica mais direta. Uma dessas repúblicas e democracias clássicas seria a democracia ateniense, que foi caracterizada pela sua dependência do processo deliberativo na tomada de decisões relacionadas ao funcionamento do estado, sendo decisões de guerrear, julgamentos de cidadãos indo de humildes cidadãos até mesmo generais e pensadores. Nesse caso, Sócrates sendo o mais famoso dos casos de julgamentos (ROBERTS, EUBEN, 1994).

A característica deliberativa da democracia ateniense também expôs o estado a cometer atos arbitrários de acordo com a capacidade oratória de um acusador ou o temperamento dos cidadãos num certo momento sobre algum assunto específico. Tal característica como Hobden e Tuplin (2012) trazem um relato de Xenofonte sobre um julgamento de um grupo de generais, que durante a Guerra do Peloponeso contra Esparta, após uma violenta tempestade que devastou a marinha ateniense e a subsequente falha no resgate dos marinheiros por parte dos generais, os atenienses julgaram e condenaram à morte seis dos oito generais. Tecnicamente, era ilegal, pois os generais foram julgados e sentenciados juntos, em vez de um por um, como exigia a lei ateniense. Além desse vício de forma, as cortes mais tarde se arrependeram da decisão e decidiram que haviam sido enganados. Os acusados de enganar as cortes foram levados a julgamento, incluindo o autor da moção para julgar os generais juntos (HOBDEN, TUPLIN, 2012).

Esse relato de Xenofonte citado por Hobden e Tuplin (2012) e as extensas críticas feitas por Platão sobre a democracia ateniense ficariam marcadas na história, “sujando” de certa forma a reputação. Também impactou negativamente na percebida efetividade da democracia como uma forma legítima de governo, sendo comumente descrita por Aristóteles e Platão, como o governo dos pobres, que saqueavam os ricos, pois a democracia era por muito tempo foi vista como uma “tirania coletiva”. Cabe ressaltar que em certos momentos

históricos alguns países criaram constituições com certos elementos democráticos, mas que não necessariamente se equiparavam aos conceitos atuais de democracia, que estão mais ligados ao autogoverno pelos cidadãos. (GRAFTON, 2010).

O chamado mundo ocidental, hoje é um mundo onde o liberalismo econômico e político triunfara sobre as outras formas de governo e métodos econômicos, sejam elas socialismo, fascismo ou regimes autoritários mistos. O fim da guerra fria e a vitória do ocidente liderado pelos Estados Unidos levaram, nos anos 90, a uma onda de entusiasmo relacionada a uma suposta superioridade ética, política e econômica do modelo americano do liberalismo político e econômico sobre todos os outros sistemas de governo. Talvez um dos trabalhos acadêmicos que mais impactaram o pensamento da época e que marcou esse entusiasmo democrático liberal foi "O Fim da História" de Francis Fukuyama. "A humanidade atingiu não apenas a passagem de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a última forma de governo humano" (FUKUYAMA, 1992, p. 418).

As previsões e suposições de Fukuyama não chegaram a se consolidar totalmente e de acordo com alguns relatórios atuais, como o da Freedom House em 2019, a democracia liberal no modelo ocidental está recuando. Ademais, esse relatório observou uma queda no número de países com democracias liberais, citando declínios em direitos políticos e liberdades civis ao longo dos 13 anos de 2005 a 2018. As democracias atuais funcionam não de uma forma direta como acontecia na Grécia antiga, mas de uma forma representativa, onde os eleitores elegem seus representantes, que vão redigir, bloquear, negociar leis, acordos internacionais e diversas outras funções. Tal como Xenofonte descreveu no julgamento dos generais atenienses, as democracias atuais estão cada vez mais susceptíveis a manipulação de seus processos, questão também constatada por Hobden e Tuplin (2012).

O debate e a discussão de temas políticos sempre foi um processo conturbado, a adição do elemento das redes sociais e o aproveitamento de agentes da capilaridade dessas redes, bem como a proeminência delas no debate político de uma nação, para os seus próprios interesses, fazem esse já frágil aspecto da vida democrática ainda mais vulnerável. Como explicitado em momentos anteriores, a Rússia é um país que possui particular afinidade com meios indiretos de perturbação política, afetando mecanismos institucionais de países a qual o governo russo designa como adversários ou possíveis alvos de futuras medidas mais diretas, tal como ocorreu na Geórgia, Ucrânia em 2014 e na região separatista de Transnístria.

O alvo pelo qual essa perturbação é feita e que teoricamente possui o maior potencial é justamente o aspecto que países autoritários como Rússia e China usam vastos recursos para controlar e consideram como o ponto fraco das democracias, o aspecto do meio informacional. Estando claro a intenção de países como Rússia e possíveis vulnerabilidades que democracias liberais no modelo liberal possuem, de que forma os seus processos democráticos são impactados por ações subversivas de desinformação?

Desinformação possui um impacto nos elementos mais elementares da saúde e credibilidade de um processo democrático. A fim de exemplificar a reação de instituições governamentais ao fenômeno da desinformação, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, por meio da Resolução 2326 de 2020, expressou preocupações “acerca da escala da poluição da informação num mundo cada vez mais conectada digitalmente e polarizado, a disseminação de campanhas de desinformação com o objetivo de moldar a opinião pública, tendências de interferência por agentes estrangeiros nos processos eleitorais e manipulação da informação em geral” (PARLAMENTO EUROPEU, 2016). Assim, informações e narrativas comuns são precondições para uma discussão política pública de boa qualidade. Seguindo essa linha, o Parlamento Europeu observa a desinformação como uma pressão sistêmica que continua a crescer sobre as sociedades europeias e a estabilidade eleitoral das democracias europeias (PARLAMENTO EUROPEU, 2016).

A desinformação corrói a confiança nas instituições junto com a mídia digital e tradicional, prejudicando as democracias, dificultando a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas. A disseminação de desinformação está destinada a polarizar as sociedades democráticas, criando ou aprofundando as tensões e minando pilares democráticos, como os sistemas eleitorais (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

Há várias maneiras pelas quais a desinformação enfraquece as instituições democráticas. Isso inclui o uso das mídias sociais para canalizar a desinformação de maneira coordenada, de modo a minar a credibilidade das instituições. À medida que a confiança na grande mídia diminui, os ecossistemas alternativos de notícias florescem. O modelo de negócios das plataformas online empurra conteúdo que gera cliques e conseqüentemente aumentando a polarização. Isso favorece a criação de públicos mais homogêneos, diminui a tolerância à visões alternativas (FLORE, 2020). Dessa forma, a desinformação semeia desconfiança em diferentes pilares das instituições democráticas, incluindo instituições públicas como governos, parlamentos e tribunais ou seus processos, números, bem como jornalistas e mídia livre.

4.2 Desinformação como ameaça aos Direitos Humanos

Liberdade de expressão é um valor fundamental para as democracias, conforme notado no Artigo 19(2) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Isso inclui liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação. Sob os direitos humanos, a expressão de conteúdo falso também é protegida, embora com algumas exceções. A digitalização e o acesso global às redes sociais criaram um novo conjunto de canais para a violação de direitos humanos. A digitalização ampliou a vulnerabilidade dos cidadãos à desinformação, aumentando a capacidade de atores estatais e não estatais de minar a liberdade de expressão. Olhando mais de perto para vários níveis de impacto, a desinformação ameaça vários direitos humanos e elementos da política democrática. (JONES, 2019)

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de opinião sem interferência e buscar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio e independentemente das fronteiras”. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos no seu artigo 19 delibera o seguinte: “1. Todos têm o direito de opinar sem interferência. 2. Todos têm direito à liberdade de expressão; este direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, oralmente, por escrito ou por escrito, em forma de arte, ou através de qualquer outro meio de sua escolha.”

O Comitê de Direitos Humanos da ONU proclama que: “Liberdade de opinião e liberdade de expressão são condições indispensáveis para o pleno desenvolvimento da pessoa. São essenciais para qualquer sociedade. Eles constituem uma essencial fundamental de toda sociedade livre e democrática”. Assim, liberdade de pensamento implica o direito de não ter a opinião de alguém inconscientemente manipulada ou influenciada involuntariamente. A linha divisória entre a persuasão política legítima e a manipulação ilegítima de pensamentos comumente são entrelaçadas, mas as campanhas de influência podem muito bem violar direitos de expressão e opinião, como notado no Artigo 17 do O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos afirma: “1. Ninguém será submetido a ingerências arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação”.

Já sobre a privacidade, o Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “Ninguém deve ser sujeito a interferência arbitrária e imoral contra a sua privacidade, família, lar ou correspondência, nem tampouco a ataques ilegais contra a sua

honra e reputação”. Em seu artigo 17, parágrafo 2º encontra-se o seguinte: “Todos têm o direito de proteção da lei contra o tipo de interferência contra a sua privacidade ou ataques contra a mesma”.

Dessa forma, o uso de desinformação pode interferir nos direitos de privacidade de duas maneiras: prejudicando a reputação do indivíduo e a privacidade da pessoa a que se refere em determinadas circunstâncias, e ao não respeitar a privacidade dos indivíduos em seu público-alvo. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diz o seguinte sobre o direito à privacidade: "as violações de privacidade acontecem de formas múltiplas, inter-relacionadas e recorrentes facilitadas por tecnologias, tanto em ambientes privados quanto públicos, além das fronteiras físicas e nacionais” (ACNUDH, 2020, p.15).

O direito à privacidade na era digital está exposto a um novo nível de vulnerabilidades, que vão desde ataques por meio de mídias sociais à coleta e uso de dados pessoais online para micro segmentação de mensagens. Organizações, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), afirmam que há um crescente consenso sobre as normas mínimas que devem reger o tratamento de dados pessoais pelos Estados, empresas e outros atores privados (ACNUDH, 2018). Por isso, devem existir padrões mínimos que possam garantir que o processamento de dados pessoais deve ser justo, lícito e transparente, a fim de proteger os cidadãos de serem alvo de desinformação que pode, por exemplo, causar danos à reputação e à privacidade individuais, mesmo ao ponto de incitar. Em resposta a essa demanda colocada pela ACNUDH, a União Europeia criou o Regulamento Geral de Proteção de Dados em 2016, que busca justamente criar tais padrões mínimos, como os referidos pela ACNUDH.

Agora, acerca da liberdade de expressão, essa encontra apoio no mesmo artigo 19 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos referido anteriormente:

Todos têm direito à liberdade de expressão; este direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, oralmente, por escrito ou por escrito, em forma de arte, ou através de qualquer outro meio de sua escolha. (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 1966, p. 7)

Cabe ressaltar que o direito de divulgar e acessar informações não se limita a informações verdadeiras. Em março de 2017, uma declaração do Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Opinião e Expressão, a Organização para Representante de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, a Organização de Estados Americanos (OEA) Relator Especial sobre Liberdade de Expressão e a Comissão

Africana de Todos os Humanos e Povos enfatizaram que “o direito humano de transmitir informações e ideias não se limita a declarações ‘corretas’, de que o direito também protege informações e ideias que possam chocar, ofender e perturbar (OSCE, 2017, p. 4).

Desinformação não só impacta a esfera política, mas também as esferas econômicas, sociais e culturais da vida. A desinformação alimenta a polarização que por sua vez corrói a confiança entre instituições e comunidades. Essa tática de manipulação é capaz de danificar direitos individuais a saúde, educação, participação cultural e comunitária. Por isso, existem vários direitos econômicos, sociais e culturais que podem ser corrompidos pela desinformação.

4.3 Ações Contra-desinformação

A sociedade civil, estado e quaisquer atores que participam dos processos democráticos e da discussão política de uma nação possuem o dever de combater a desinformação. Afinal, a saúde do ambiente informacional e, conseqüentemente, a plenitude dos processos democráticos são de interesse de qualquer um interessado em viver numa sociedade mais harmônica e livre.

O Grupo de Trabalho da UNESCO sobre Liberdade de Expressão e Combate à Desinformação distingue quatro categorias de nível superior ou respostas à desinformação: respostas de identificação, cujo objetivo é aumentar a conscientização sobre o conteúdo enganoso e a importância de verdade; respostas dirigidas a produtores e distribuidores, incluindo decisões legislativas e regulatórias; respostas voltadas para os mecanismos de produção e distribuição, que envolvem o papel da tecnologia plataformas; e respostas dirigidas ao público-alvo de campanhas de desinformação, em particular envolvendo medidas para aumentar a resiliência. Do ponto de vista dos envolvidos, essas respostas podem ser divididas entre três grupos: órgãos legislativos e reguladores, setor privado e a sociedade civil. (BONTCHEVA, POSETTI, 2020)

Países como a China aprovaram leis que criminalizam o início ou a disseminação de rumores que minam a ordem econômica e social, em 2016. O Chile em 2019 aprovou um projeto de lei que pune políticos em todo o país pela divulgação, promoção ou financiamento de notícias falsas (REPNIKOVA, 2018), o que seria a abordagem legislativa e reguladores.

Outra abordagem menos invasiva quanto a do Chile e a chinesa foram feitas por países como Canadá e França, por exemplo, introduzindo leis para melhorar a transparência das plataformas de tecnologia na publicidade política, exigindo que as empresas de mídia social

criem anúncios repositórios. A legislação francesa também autorizou a sua agência de radiodifusão a suspender ou encerrar emissoras sob a influência de estados estrangeiros se essas emissoras disseminarem informação falsa que possa minar a integridade eleitoral francesa. (TENOVE, 2020)

Durante 2020, na sequência de campanhas de desinformação em torno da pandemia de COVID-19, a ONU lançou a iniciativa *Verified*, para combater a disseminação de informações enganosas durante a crise de saúde do COVID-19. A fim de combater a desinformação, a ONU estabeleceu parcerias com indivíduos considerados confiáveis, realizando também parcerias público-privada com o Facebook, WhatsApp dentre outros serviços de mensagens, fornecendo assim informações precisas sobre a pandemia.

As plataformas digitais também criaram iniciativas para mitigar a disseminação da desinformação, o Facebook criou regras para anúncios políticos e temáticos, qualquer anunciante que queira exibir anúncios políticos ou de problemas devem ser verificados na plataforma e incluir avisos de isenção de responsabilidade, explicitando o fato dessa publicidade ter sido “paga” por agentes políticos, aplicando também o *machine learning* para ajudar suas equipes de resposta a detectar fraudes e aplicar políticas contra spam. YouTube, Instagram, Twitter possuem também as suas próprias iniciativas, algumas delas são a remoção de conteúdo adulterado, rotulação de posts considerados enganosos ou falsos, limitar a quantidade de mensagens que um usuário pode encaminhar aos outros.

Em antecipação às eleições americanas de 2020, LinkedIn, Pinterest, Reddit, Verizon Media e a Wikimedia Foundation juntaram-se ao Google, Facebook, Twitter e Microsoft para coordenar com agências de inteligência americanas a identificação de campanhas de desinformação. Levando a várias remoções de informações inautênticas, incluindo a remoção de uma rede ligada à agência russa de pesquisa na Internet (IRA) no Facebook. (NIMMO, et al, 2020)

A sociedade civil também tem o seu papel a ser cumprido, estando no centro dos relatos de identificação (monitoramento, verificação de fatos e jornalismo investigativo). Esta abordagem visa instigar um maior empoderamento dentro dos usuários ou públicos-alvo de desinformação, dessa forma aumentando a resiliência aos seus efeitos perniciosos. O jornalismo de boa qualidade e pluralismo da mídia são fundamentais para construir resiliência social à desinformação.

A violação dos direitos humanos e a democracia pela desinformação é claramente uma ameaça séria. No entanto, existe outro lado da equação democrática, que deve ser levada em consideração, que a ação contra a desinformação também traz riscos. Combater a

desinformação através de um prisma de direitos humanos envolve um delicado jogo de balanço nas políticas desse caráter.

A própria desinformação corrói a aplicação e legitimidade dos direitos humanos. Assim, a ação de contra desinformação é uma contribuição importante nos esforços para salvaguardar os direitos humanos globais. Ainda, contrariando a desinformação, também pode restringir os direitos humanos. Mesmo que a desinformação possa facilmente prejudicar direitos, o abuso jurídico e político do que foi rotulado a “luta contra *fake news*” em alguns países também resultou na redução da liberdade de expressão e dissidência política. A luta contra a desinformação em si criou problemas na plenitude dos direitos individuais (ARTICLE 19, 2018).

Por conseguinte, na defesa de medidas de combate à desinformação, os países que decidam por combater a desinformação devem ter o cuidado de enfrentar os impactos dos direitos humanos resultantes da desinformação e quaisquer abusos de direitos inadvertidamente causados por tentativas de combater a desinformação, de uma forma que não encoraje terceiros a cometerem violações de direitos humanos por parte dos governos.

A erosão de direitos pode ser causada, por exemplo, por: interferências governamentais com serviços de internet; censura estatal ou restrições ao discurso online; e obstáculos ao bom funcionamento dos meios de comunicação. Quaisquer ações, sejam elas legais, administrativas, extrajudiciais ou políticas que têm o potencial de violar as liberdades de expressão, reunião e associação, acabará por resultar numa erosão do espaço democrático, ou seja, tal como a infecção de uma pessoa por um vírus, como a gripe, a reação do corpo no combate aquele vírus pode vir a ser pior que a infecção viral (NIMD, 2020).

Existe também o risco de que as atividades das plataformas digitais no combate à desinformação possam restringir a liberdade de expressão. David Kaye, ex-Relator especial da ONU sobre Liberdade de Expressão, se posicionou contra a regulamentação de plataformas digitais, propostas essas que confiam às plataformas ainda mais poderes de moderação, podendo elas decidirem sobre remoção de conteúdo sem supervisão pública. Seguindo a esses movimentos contra desinformações regulamentações na União Europeia e iniciativas regulatórias semelhantes no Congresso Americano estão sendo desenvolvidas. (KAYE, 2019)

O desenvolvimento de propostas problemáticas, como as denunciadas por David Kaye, de propostas que inadvertidamente comprometem direitos humanos ganharam espaço dentro da ONU. Exemplo da proeminência desse tipo de proposta se deu em dezembro de 2019, numa resolução liderada pela Rússia e apoiada pela China sobre crimes cibernéticos intitulada “Combatendo o uso de informações e comunicações tecnologias para fins criminais”, adotada

por 79 votos a favor contra 60 contra e 33 abstenções, apesar da oposição da vasta maioria dos países ocidentais (COLOMINA, 2020).

A oposição do texto se deu ao receio de que essa resolução servisse para continuar corroendo a liberdade de expressão online, só que de agora para outro lado. O texto buscava avançar o combate ao cibercrime por meio de controle de informações e a repressão de dissidentes políticos. Votos a favor foram emitidos por países como Camboja, Coreia do Norte, Birmânia, Venezuela, Argélia, Síria, Bielorrússia e Cazaquistão. Todos os estados membros da UE, Canadá, Austrália e Estados Unidos votaram contra. A crescente rivalidade geopolítica entre as “potências ocidentais” e as “potências revisionistas” é clara nesse debate. Assim, o aprofundamento da ameaça da desinformação e questões de segurança cibernética vão acabar por “encurrular” os direitos humanos em questão, ao mesmo tempo perdendo no fenômeno da desinformação e na reação contra ela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender a desinformação como uma ferramenta geopolítica russa, a fim de compreender também a efetividade de contramedidas, e avaliar as consequências da desinformação, sendo elas consequências sociais, econômicas e políticas. A fim de melhor compreender esse fenômeno da desinformação estatal, foi necessária a exploração do contexto histórico e institucional das agências de inteligência russa. Foram trazidos os conceitos de Medidas Ativas, *Dezinformatsiya*, e aspectos doutrinários que ajudam no entendimento do uso da desinformação pelo estado russo.

A desinformação é uma ferramenta que ao analisar as doutrinas russas e o seu uso pelo estado russo, se demonstra um aspecto de maximização de poder e revisionismo da ordem internacional, usando dessa ferramenta para mudar essa relação vista como injusta pelo estado russo. A manipulação do meio informacional é particularmente facilitada pela grande liberdade que a internet proporciona.

Por ser uma ferramenta que tem como objetivo principal confundir e ofuscar o adversário, o protagonismo de uma suposta intervenção russa nas eleições americanas de 2016, durante a crise que levou ao Impeachment de Trump em 2019, demonstra como a percepção pública pode ser manipulada por ataques que não são necessariamente efetivos em enganar ou penetrar sistemas, mas conseguem causar demasiado dano à reputação e a confiabilidade do público em relação às instituições. A nuvem escura da dúvida instigada por agentes russos e também por agentes internos criaram um ambiente informacional volátil, culminando nesse ceticismo sobre a insegurança eleitoral e na invasão por apoiadores de Trump do Capitólio em 2021.

A fim de mitigar operações de desinformação, alguns países já aprovaram legislações que servem como contramedidas à desinformação. A invasão ao Capitólio certamente foi significativa, demonstrando o quão volátil uma situação pode se tornar e sair do controle, acelerando esforços contra a desinformação. Apesar do claro dano que a desinformação disseminada por atores externos e internos pode causar ao processo democrático de debate público e confiança institucional, contramedidas que infringem esses mesmos direitos que supostamente estariam sendo defendidos, são igualmente nocivos à plenitude das liberdades individuais. Países de governança autoritária, como China, Rússia, Venezuela comumente criam iniciativas de cerceamento de liberdades individuais sob a pretensão de segurança cibernética e de informação, servindo apenas como pretexto ao crescente controle estatal do meio informacional.

Por fim, acredita-se que o estudo apresentado pode servir para a reflexão sobre a presença de desinformação no meio digital de proveniência estrangeira, estrategicamente pensada e implantada para o público alvo, e como essa desinformação pode causar grandes danos às instituições e processos que definem o as democracias liberais ocidentais. Apesar desse assunto possuir grande relevância e ter tido protagonismo político nos Estados Unidos, a falta de contextualização estratégica transforma essa discussão numa discussão meramente política, em detrimento da busca pela verdade em um mar de narrativas políticas russas e americanas.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Christopher. "From the Okhrana to the KGB: Continuities in Russian Foreign Intelligence Operations Since the 1880s. *Studies in Intelligence*, Central Intelligence Agency, 1989.

ARTICLE 19. Responding to 'Hate Speech': Comparative Overview of Six EU Countries. ARTICLE 19, 11 jul. 2018.

BLAKE II, J. Russian Interference in U.S. Elections: How to Protect Critical Election Infrastructure from Foreign Participation. **Public Contract Law Journal**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 709–734, 2020.

BERZINS, Jānis. "Not Hybrid" but New Generation Warfare. *In*: HOWARD, Glen E.; CZEKAJ, Matthew. RUSSIA'S MILITARY STRATEGY AND DOCTRINE. Washington D.C: The Jamestown Foundation, 2019. cap. 5, p. 157-184.

BONTCHEVA, Kalina; POSETTI, Julie. Balancing Act: Countering Digital Disinformation While Respecting Freedom of Expression. UNESCO Broadband Commission Report, [S. l.], 16 set. 2020.

CHEKINOV, S.G.; BOGADANOV, S.A. The Nature and Content of a New-Generation War. MILITARY THOUGHT, [S. l.], p. 1-12, 6 abr. 2013.

COLOMINA, Carme. Techno-multilateralism: The UN in the age of post-truth diplomacy. CIDOB Report, [S. l.], p. 75, 1 abr. 2020.

COLOMINA, Carme; SANCHÉZ, Héctor; YOUNGS, Richard. The impact of disinformation on democratic processes and human rights in the world. PARLAMENTO EUROPEU, 21 abr. 2021.

CONQUEST, Robert. The Human Cost of Soviet Communism. United States Senate, Washington D.C, p. 1-35, 4 mar. 1970.

DE CUSTINE, Astolfe. La Russie En 1839. [S. l.]: Classiques Garnier, 1843. 1168 p.

DESINFORMAÇÃO. *In*: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Porto: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desinforma%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 7/03/2022.

Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=146859061&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 6 abr. 2022.

DRESS REHEARSAL FOR THE COLLAPSE OF HIS EMPIRE. *In*: RADZINSKY, Edvard. The Last Tsar: The Life and Death of Nicholas II. [S. l.]: Anchor Books, 1993.

EUROPEAN COMMISSION, Tackling online disinformation. 2020

EUROPEAN PARTNERSHIP FOR DEMOCRACY. Thinking democratically: recommendations for responding to the phenomenon of ‘shrinking space’. EPD Report, [S. l.], 10 mar. 2020.

FIGES, Orlando. Part Three: Russia in Revolution. *In*: FIGES, Orlando. A People’s Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924. [S. l.]: Penguin Books, 1998. cap. 8, p. 307-339.

FISHKIN, James. When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation. Oxford University Press, [S. l.], p. 1-42, 11 jun. 2009.

FLORE, Massimo. Understanding Citizen’s Vulnerabilities: from Disinformation to Hostile Narratives. JRC Technical Report, [S. l.], p. 1-20, 2 dez. 2020.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World: Democracy in Retreat. Freedom House, [S. l.], 5 fev. 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/democracy-retreat>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FUKUYAMA, Francis. The end of history and the Last Man. [S. l.]: Free Press, 1992. 418p.

GRAFTON, A.; MOST, G.A.; SETTIS, S. The Classical Tradition. Harvard University Press, [S. l.], p. 256-259, 18 fev. 2010.

HANSEN, M.H. Athenian Political Thought and the Reconstruction of American Democracy. Cornell University Press, [S. l.], p. 96, 14 abr. 1994.

HANSEN, M.H. The Tradition of Ancient Greek Democracy and Its Importance for Modern Democracy. Kgl. Danske Videnskabernes Selskab, [S. l.], p. 10, 25 maio 2005.

HEILBRONNER, Hans. Alexander III and the Reform Plan of Loris-Melikov. The University of Chicago Press, Chicago, p. 384-397, 1961.

HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. The right to privacy in the digital age,. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights for the 39th session of the Human Rights Council, 29 ago. 2018. p.15.

HOBDEN, F.; TUPLIN, C. Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry. BRILL, [S. l.], p. 196–199, 8 nov. 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=lmipXXWdohoC&pg=PA197&dq=athens+execute+generals+Arginusae&hl=en&sa=X&ei=AYDXU9fXDoesPdWIgKAO&redir_esc=y#v=onepage&q=athens%20execute%20generals%20Arginusae&f=false. Acesso em: 15 abr. 2022..

<https://news.gallup.com/poll/165893/majority-believe-jfk-killed-conspiracy.aspx>

JOHN, Jennifer. N. In Social Media We Trust. **MIT Technology Review**, [s. l.], v.124,n.4,p.19,2021.

JONES, Kate. Online Disinformation and Political Discourse: Applying a Human Rights Framework. Chatham House Research paper, [S. l.], p. 1-68, 12 nov. 2019.

KUX, Dennis, "SOVIET ACTIVE MEASURES AND DISINFORMATION: OVERVIEW AND ASSESSMENT," *Parameters* 15, no. 1 (1985), p 19.

LARSSON, Goran. *Fact or Fraud? The Protocols of the Elders of Zion*, 1994.

LÜHRMANN, Anna *et al.* Autocratization Surges – Resistance Grows. Democracy Report 2020, [S. l.], p. 1-23, 1 jan. 2020.

KIRALY, Mary, Opinion, Maryland Can't Protect Its Elections, WASH. POST (July 20, 2018), <https://www.washingtonpost.com/opinions/maryland-cant-protect-its-elections/2018/07/20/ee64beb0-89ce-11e8-a345-a1bf7847b375%5Fstory.html?utm%5Fterm=.8d8002db801e> [<https://perma.cc/M99B-6Y9E>].

ZAPOTOSKY, Matt. DEMIRJIAN, Karoun. Homeland Security Official: Russian Government Actors Tried to Hack Election Systems in 21 States, WASH. POST (June 21, 2017), <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/homeland-security-official-russian-government-actors-potentially-tried-to-hack-election-systems-in-21-states/2017/06/21/33bf31d4-5686-11e7-ba90-f5875b7d1876%5Fstory.html?utm%5Fterm=.a14dd201deb6> [<https://perma.cc/M3JE-SVAY>].

COLE, Matthew. *et al.* Top-Secret NSA Report Details Russian Hacking Effort Days Before 2016 Election, INTERCEPT (June 5, 2017), <https://theintercept.com/2017/06/05/top-secret-nsa-report-details-russian-hacking-effort-days-before-2016-election/> [<https://perma.cc/4G6E-VWPQ>].

MCCOMBIE, S.; UHLMANN, A.; MORRISON, S. The US 2016 presidential election & Russia's troll farms. *Intelligence & National Security*, [S. l.], p. 94-114, 26 abr. 2020.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. [S. l.]: W. W. Norton & Company, 2001.

NAIMARK, Norman. The sovietization of Eastern Europe. *In: THE CAMBRIDGE History of the Cold War*. [S. l.]: Cambridge University Press, 2010. cap. 9, p. 175-197.

NIMMO, Ben *et al.* IRA Again: Unlucky Thirteen. GRAPHIKA Report, [S. l.], p. 35-44, 7 set. 2020.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). Joint declaration on freedom of expression and 'fake news', disinformation and propaganda. OSCE, 20 mar. 2017.

PACEPA, Ion Mihai; RYCHLAK, Donald J. The "beauty" of misinformation. *In: PACEPA, Ion Mihai; RYCHLAK, Donald J. Disinformation*. 1^a. ed. [S. l.]: WND, 2013. cap. 5, p. 35-44. ISBN 1936488604.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. 16 de dezembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

PARLAMENTO EUROPEU *et al.* Resolução de 23 Novembro 2016. EU strategic communication to counteract propaganda against it by third parties, [S. l.], p. 1-59, 3 nov. 2016. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/wie-wir-gegen-desinformation-immun-werden_de. Acesso em: 25 abr. 2022.

REPNIKOVA, Maria. China's Lessons for Fighting Fake News. *Foreign Policy*, [S. l.], 6 set. 2018.

Russian Interference in the 2016 Election: The Mueller Report. *Congressional Digest*, [s. l.], v. 98, n. 8, p. 9-10, 2019. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=138854420&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 6 abr. 2022.

SANFORD, George. *Katyn and the Soviet Massacre Of 1940: Truth, Justice And Memory*. London: Routledge, 2005.

SCHIFFRIN, Anya. "DISINFORMATION AND DEMOCRACY: THE INTERNET TRANSFORMED PROTEST BUT DID NOT IMPROVE DEMOCRACY." *Journal of International Affairs* 71, no. 1 (2017): 117-26.

HAWKINS, Derek. The Cybersecurity 202: Voters' Distrust of Election Security Is Just as Powerful as an Actual Hack, Officials Worry, WASH. POST (June 5, 2018), <https://www.washingtonpost.com/news/powerpost/paloma/the-cybersecurity-202/2018/06/05/the-cybersecurity-202-voters-distrust-of-election-security-is-just-as-powerful-as-an-actual-hack-officials-worry/5b1567091b326b08e883912f/?utm%5Fterm=.1f851ffd388d> [<https://perma.cc/R2CB-KZ7K>].

SERVICE, Robert. *The Penguin History of Modern Russia: From Tsarism to the Twenty-first Century*. 1ª. ed. [S. l.]: Penguin, 2015.

STATE SCIENTIFIC PUBLISHING HOUSE (Moscou) (ed.). *DEZINFORMATSIYA*. In: *GREAT Soviet Encyclopedia*. 2ª. ed. Moscou: Editora Científica Estatal, 1952. v. 13, p. 566.

STEINBERG, Mark D. *Voices of Revolution, 1917*. New Haven, Connecticut: Yale University Press., 2001.

TENOVE, Chris. Protecting democracy from disinformation: normative threats and policy responses. *The International Journal of Press/Politics*, [S. l.], v. 25, p. 517-537, 1 maio 2020.

MOOREHEAD, Alan. *The Russian revolution*. New York: Harper & Brothers, 1958.

UN SPECIAL RAPPORTEUR. Report on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression on 'Surveillance and human rights. Human Rights Council, [S. l.], 19 jul. 2019.

United States Information Agency, *Soviet Active Measures in the "Post-Cold War" Era* (Washington, D.C.: 1992).

WALKER, Sean. Russian troll factory paid US activists to help fund protests during election. *The Guardian*, [S. l.], p. 1-8, 17 out. 2017. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/17/russian-troll-factory-activists-protests-us-election>. Acesso em: 6 abr. 2022.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WARD, Amanda M. *The Okhrana and the Cheka: Continuity and Change*. In: WARD, Amanda M. *The Okhrana and the Cheka: Continuity and Change*. 2014. Tese (Mestrado em História) - Ohio University, [S. l.], 2014.

WIGELL, M. Hybrid interference as a wedge strategy: a theory of external interference in liberal democracy. **International Affairs**, [s. l.], v. 95, n. 2, p. 255–275, 2019.